

Obstrução transfere para hoje votação do mandato

Depois de quase seis horas, em que não faltaram vaias, coroas de diretas-já e obstruções regimentais, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) suspendeu a sessão da Constituinte ontem às 22h00 e marcou uma outra para hoje às 9h00, em que o mandato do presidente José Sarney será definitivamente decidido. O Centrão e os governistas queriam votar a questão ontem de qualquer forma e o deputado José Lourenço (PFL-BA) chegou a encaminhar um requerimento pedindo a prorrogação da sessão, mas Ulysses, depois de ouvir uma questão de ordem do líder Mário Covas, de que a prorrogação já havia sido feita, encerrou os trabalhos.

A sessão começou às 14h30 mas, após a aprovação do capítulo do Índio, Ulysses Guimarães decidiu interrompê-la por duas horas, antes de se votar o título das Disposições Transitórias. A atitude foi criticada pelo senador Covas e outras lideranças de esquerda, já que qualquer título antes de ser votado é precedido de alguma negociação.

Obstrução

Os deputados José Genoino (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ) tentaram levantar questões de ordem. O texto das Disposições Transitórias é organizado de forma diferente da parte permanente do projeto e não tem capítulos ou seções como subdivisões e por isso, eles alegaram que a emenda coletiva do Centrão não poderia ser colocada em votação. O presidente da Constituinte, no entanto, entendeu que a emenda, por ter a maioria absoluta de 287 assinaturas, seria apreciada pelo plenário.

Fora do plenário, as lideranças progressistas discutiram uma estratégia para evitar a votação da emenda Matheus Lensen (PMDB-PR), que dava cinco anos de

mandato a Sarney. Os governistas não aceitaram a idéia pois, os progressistas ao retirarem um destaque do senador Mansueto de Lavour, que prejudicava a emenda, poderiam impedir a votação do destaque cincoanista.

As 19h00 a sessão foi reiniciada e o Centrão conseguiu aprovar seu substitutivo por 320 votos contra 222 e 10 abstenções com os protestos da esquerda que no plenário entoaram o coro: "Fora Sarney! Diretas, já". A votação da emenda foi precedida por pronunciamentos de todos líderes à exceção dos deputados José Lourenço (PFL-BA), Gastone Righi (PTB-SP) e Amaral Neto (PDS-RJ), interessados na aprovação rápida do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Todos os líderes que ocuparam a tribuna, exceto o senador Mauro Borges (PDC-GO), falaram contra a emenda por ela ter uma série de dispositivos que beneficiam interesses de grupos e pessoais de parlamentares. O deputado Brandão Monteiro disse que a Constituinte ficaria desmoralizada se aprovasse o texto do Centrão, que está cheio de "imoralidades". Citou como exemplo, o dispositivo que dá direito adquirido aos marajás e o que não permite direitos autorais para os compositores de músicas sacras, um dispositivo que é tido como de autoria do deputado Mateus Lensen (PMDB-PR), pastor evangélico e autor da emenda que dá cinco anos para o presidente José Sarney.

O senador Mário Covas lembrou que o Presidente repetiu três vezes que seu mandato deveria ser de quatro anos. Após a votação o plenário chegou a apreciar ainda mais duas emendas, uma do deputado Lysiane Maciel (PDT-RJ) e outra da deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) propondo um plebiscito para aprovar a nova Constituição. As 22h00 Ulysses encerrou a sessão, ante protestos do Centrão que queria votar ontem o mandato do Presidente.

Radicalismo impede negociação

A rigor não chegou a haver negociação entre as lideranças quatroanistas e cincoanistas para a votação de duração do mandato do presidente José Sarney, ao contrário de todas as questões polêmicas decididas até agora pela Constituinte. Houve apenas uma tentativa de entendimento: o deputado Israel Pinheiro Filho, do PMDB de Minas, interrompeu uma reunião de todas as lideranças favoráveis à realização de eleições presidenciais ainda este ano e, em nome do deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, convidou o senador Mário Covas para uma negociação. Mas o encontro entre os dois líderes sequer chegou a ser realizado.

Uma proposta de acordo, bancada parcialmente por líderes quatroanistas, chegou a ser levada por Israel Pinheiro a Carlos Sant'Anna, mas foi rejeitada pelo governo. Era a seguinte: não haveria obstrução para a votação do mandato desde que o bloco governista se comprometessem a retirar todas as emendas que prorrogam as eleições municipais e concordassem em colocar até amanhã em votação o decreto-lei que congelou a URP nos salários dos servidores públicos e o projeto que regulamentava as eleições municipais.

Sem lógica

Mas, mesmo entre os quatroanistas, esta proposta não foi consensual. O senador José Fogaca justificou: "Não faz sentido uma troca de mandato pela URP". E o governo também não topou: "Qual a lógica de trocarmos uma vitória assegurada com a do mandato pela URP?" indagou o subchefe do gabinete civil para Assuntos Parlamentares,

Henrique Hargreaves. E ele mesmo respondeu: "Nenhuma". O deputado Ulysses Guimarães é quem habitualmente convoca as lideranças partidárias em busca de um entendimento. Ontem, ele não fez isto. O senador Mário Covas estranhou: "Não entendi porque o deputado Ulysses Guimarães mudou, desta vez, o seu comportamento". Covas, por sinal, recusou o convite para um entendimento feito por Israel Pinheiro, alegando que vem sendo acusado de procrastinar a votação do mandato.

Estratégias

Sem negociação, as duas correntes foram ao plenário com estratégias definidas. Desde cedo, o esquema do governo que já esperava uma obstrução orientava seus parlamentares a não contestar questões de ordem, a não fazer discursos ou limitar-se a rápidas palavras para encaminhamentos de votação e a não reagir a nenhuma tentativa de provocação. Essas recomendações foram exaustivamente repetidas por Hargreaves de dentro do próprio plenário da Constituinte. Carlos Sant'Anna, auxiliado por seus vice-líderes e pelos dois líderes do PFL, senador Marcondes Gadelha e deputado José Lourenço, se encarregava de sua execução.

Já os quatroanistas, que só foram tratar da estratégia a ser seguida em plenário no final da tarde, optaram pela obstrução, através de questões de ordem, e especialmente de longos e contundentes discursos a favor dos quatro anos. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, definiu os objetivos políticos de sua corrente: "Vamos vender caro a derrota".



Josemar Gonçalves

Sant'Anna garante 320 votos

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), lamentou ontem que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), tenha adiado a votação do mandato para hoje cedo. Ele salientou, porém, que o adiamento não vai atrapalhar a mobilização do Governo. "Amanhã sustentaremos os mesmo 320 votos registrados hoje no plenário", afirmou, ao deixar o plenário. Sant'Anna demonstrava satisfação pela confirmação do prognóstico que fez momentos antes da votação. "Quando falo que teremos 320 votos é porque teremos 320 votos mesmo", comentava, a caminho de seu gabinete. Ele se referia ao número

de votos que aprovou a emenda substitutiva do Centrão ao título das Disposições Transitórias.

O líder do Governo não gostou da decisão do deputado Ulysses Guimarães, de não acatar o requerimento de deputado José Lourenço (PFL-BA), pedindo o adiamento da sessão até a meia-noite. "Não discuto atos irreversíveis", limitou-se a afirmar. Ele observou que há vários parlamentares doentes, que deixaram seus Estados para vir a Brasília votar ontem o mandato, e terão que permanecer mais um dia na capital federal. Mas isso não atrapalhará a vitória do Governo, segundo o líder.



Mário Covas fez discurso contra os cinco anos e através da obstrução regimental conseguiu adiar a votação para hoje

Cincoanistas sob cerco o dia inteiro

Telefonemas feitos durante todo o dia, dos gabinetes dos deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do Governo, Dasso Coimbra (PMDB-RJ), e Gilson Machado (PFL-PE), controlavam ontem a presença dos constituintes cincoanistas no Congresso Nacional. Às 11 horas da manhã, eles eram 217. Às 16h30, quando foi votado o capítulo do índio último do corpo permanente da Constituição, já estavam presentes 329. A certeza da vitória, que aparentemente tranquilizava os articuladores dos interesses do Governo, não impedia que fossem feitas tentativas de última hora para a mudança de votos. Segundo Dasso Coimbra, nove dos votos comprometidos com os cinco anos foram conseguidos nas últimas horas que precederam a votação.

O principal argumento utilizado pelos garimpeiros de votos era o fato de que a definição dos cinco anos de mandato para Sarney já era fato consumado. O senador José Richa (PMDB-PR), quatroanista, admitiu que perdeu muitos correligionários nos últimos dias. "As pressões foram muito fortes e vêm de todos os lados, mas nós preferimos nem conhecer os motivos das mudanças de votos", disse ele. Conformados com a derrota, os adeptos dos quatro anos não chegaram sequer a se organizar. "Nós fazemos o levantamento dos votos quando existe algum equilíbrio, mas neste caso a causa está lamentavelmente perdida", explicou Richa.

O próprio Dasso Coimbra, no entanto, não chegava a contar como certos os votos de última hora. Para ele, a vitória dos cinco anos deveria acontecer por 320 votos. "Com os nove, nós não podíamos contar com certeza", afirmou. E, realmente, entre os votos citados como virados na tarde de ontem estava o do deputado Jofran Frejat (PFL-DF) que, apesar de admitir ter recebido inúmeros telefonemas e propostas de negociação, afirmava, no início da noite, que manteria sua posição pelos quatro anos.

Esquerda sufoca vaias do Centrão

Uma das sessões mais ruidosas que a Constituinte já teve até hoje só viveu um momento de absoluto silêncio: o instante em que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), iniciou seu pronunciamento para pedir à bancada que votasse contra o texto do Centrão. Vaias, tímidas, recomeram ao final do discurso, mas foram sufocadas por aplausos entusiasmados da esquerda do PMDB e de alguns representantes dos pequenos partidos.

Ao esforço do Centrão para votar ontem mesmo o mandato presidencial, as esquerdas respondiam com galhofas, erguendo leques em forma de uma grande mão pedindo quatro anos de mandato para Sarney. O vice-líder do PT, José Genoino (SP), como habitualmente ocorre, foi quem mais tentou agitar: em meio às vaias, ele chamava a atenção dos repórteres para o intensivo trabalho dos "avulsos". Referia-se à imensa fila que se formava diante da Mesa, pelos que intencionalmente erravam na hora da votação eletrônica para em seguida ter que votar separadamente, com o objetivo de ganhar tempo.

O serviço médico teve pouco movimento. A ele recorreram parlamentares preocupados com a pressão, como o deputado Jessé Freire (PFL-RN). O deputado Pedro Ceolim (PFL-ES) foi retirado do Hospital Santa Lúcia e levado ao Serviço Médico da Câmara para esperar a hora da votação do mandato. A ausência de tensão estaria ligada ao fato de o próprio "Centrão" já contar com a possibilidade de adiamento de qualquer decisão. Pouco antes das 22h00, o deputado José Lins (PFL-CE) já previa que a votação do mandato provavelmente ficaria para hoje.

Sarney reúne logo conselho político após obter 5 anos

O presidente José Sarney deverá reunir o Conselho Político logo após a votação do mandato, pela Assembleia Nacional Constituinte. Ele pretende, se possível antes de viajar para Nova Iorque, fazer com seus ministros e lideranças políticas, uma análise do que será o Governo, de agora até o início de 1990.

Isso porque o Palácio do Planalto tem como fato consumado, antes mesmo da votação, a vitória dos cinco anos. Em reunião realizada às 10h00 de ontem, o presidente José Sarney recebeu a informação de que a sua vitória, caso comparem todos os 559 constituintes, será consagrada por mais de 330 votos.

É certo que o presidente da República reunirá o Conselho Político, e pretende fazer isso antes de embarcar para Nova Iorque. Essa decisão, contudo, depende da votação do mandato. Se não houver tempo, a reunião será realizada após a volta dos Estados Unidos.

Essa é a opinião do assessor parlamentar da Presidência da República, Henrique Hargreaves, que passou praticamente todo o dia de ontem no Congresso Nacional, atendendo à recomendação do presidente da República de que, apesar do quadro favorável, não se pode descuidar, até a apuração dos votos.

Mobilização

Mesmo diante da avaliação feita pelas lideranças políticas, que apontava mais de 330 votos a favor dos cinco anos, o presidente José Sarney determinou a seus ministros e líderes na Câmara e no Senado que intensificassem o trabalho de mobilização dos constituintes.

Isso foi feito durante todo o dia. O líder do Governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna,

momentos antes da sessão que trataria das Disposições Transitórias, recomendava a um dos seus assessores — seu filho — que acelerasse o trabalho de convocação dos cincoanistas: "O problema agora é colocar todo mundo no plenário".

O assessor parlamentar da Presidência, Henrique Hargreaves, não descuidou nem mesmo dos fãs. E dos constituintes que, a todo instante, cobravam-lhe o atendimento a esse ou àquele pedido. Seu caderninho de anotações, brincou, já estava, ontem à tarde, na página 18.

Hargreaves gastou do plenário à liderança do PFL — não mais de 50 metros — perto de 20 minutos. Durante esse tempo, foi o rei do Salão Verde. Afinal, disse alguém que o apresentou a um amigo: "Este é o famoso Hargreaves".

Incansável

Outro que não descansou foi o ministro Prisco Viana. Considerado um excelente articulador político, o ministro da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foi também para o Congresso, ambiente que conhece como poucos, acompanhar o processo de negociação e votação.

No Palácio do Planalto, o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, permaneceu durante todo o dia em contato com as lideranças políticas que, do Congresso, passavam-lhe todas as informações relevantes da Assembleia Nacional Constituinte. Elas eram imediatamente repassadas ao presidente da República.

O presidente José Sarney deixou o Palácio do Planalto por volta das 18h30. Preferiu acompanhar a votação do Palácio da Alvorada, onde se manteve permanentemente informado pelo ministro do Gabinete Civil.

PDS e PTB poderão dar apoio

Arquivo 211/11/83

O Governo poderá obter o apoio de partidos como o PDS e o PTB, caso adote medidas que promovam correções na economia brasileira. A necessidade do Palácio do Planalto aumentar sua base de sustentação política no Congresso, com a provável aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, foi um dos assuntos discutidos ontem, na Constituinte, pelos setores governistas. A substituição de alguns ministros "que não dão unidade ao Governo", e a necessidade de reforçar o apoio do PMDB ao Presidente foram outros pontos comentados pelos parlamentares cincoanistas.

"Aprovados os cinco anos, o presidente precisa ir à TV e dizer: eu não vim oferecer dias fáceis, vim apenas tentar evitar dias piores e, para isso, preciso tomar medidas impopulares que a história julgará", afirmou o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA). Feito isso, ele acha que Sarney deve lançar imediatamente sua plataforma de Governo, para reordenar a economia. Paralelamente, o Governo deve formar uma base parlamentar sólida, principalmente na Câmara dos Deputados. Segundo Passarinho, se o Presidente agir desta forma seu partido não terá como combatê-lo. "Podemos vir a apoiá-lo sem nenhum compromisso de participação no Governo", declarou.

Avaliações

Também o PTB, que informalmente já ajuda a sustentar o Governo, não descarta a possibilidade de formalizar este apoio. "Não podemos nos recusar a receber um convite do Palácio", afirmou o líder do partido, deputado Gastone Righi (SP). Esta formalização já esteve prestes a acontecer há pouco mais de um ano, quando o partido exigiu em troca a participação no Conselho Político do Governo, no Ministério e o Governo de Roraima. Gastone



Passarinho: "Evitar dias piores" pondera que, hoje, o PTB precisaria avaliar as eleições municipais e o programa do Governo.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), espera que o Planalto utilize a força que ganhará com a aprovação dos cinco anos, para promover correções na área econômica. A nível político, ele também prega "correções". "Sou a favor de tirar um ou outro ministro que não contribui para a unidade do Governo", afirma Lourenço. Ele prefere não citar nomes. É conhecida, porém, sua indisposição com o ministro da Previdência, Renato Archer, homem ligado ao deputado Ulysses Guimarães.

Dentro do PMDB, alguns parlamentares pretendem trabalhar para que, na convenção, o partido una-se no apoio ao Governo Sarney. O deputado Milton Reis (MG) é um deles. Reis foi um dos parlamentares que mais trabalhou pelos cinco anos para o Presidente e é bastante ligado ao líder Carlos Sant'Anna (BA).

Índios cantam vitória com muito barulho

Após vários dias de negociação, a Constituinte finalmente votou ontem o capítulo que trata dos direitos dos índios no projeto de Constituição. Por 497 favoráveis, cinco contrários e dez abstenções, os parlamentares aprovaram o texto do acordo entre as lideranças que garantiu direitos constitucionais aos índios. Estes, ao final da votação, comemoraram nas galerias.

Apenas o deputado Ruy Nedel (PMDB-RS) encaminhou favoravelmente o texto. Nenhum parlamentar quis falar contra. O deputado começou o discurso expressando-se em espanhol, arrancando protestos isolados do plenário para que falasse em português e terminasse logo. Ruy Nedel afirmou que muitos tiveram que ceder para que saísse o acordo, que, se não era o dos seus sonhos, pelo menos garantia direitos aos índios.

Pelo texto que foi acertado entre os líderes da Constituinte, após exaustivas negociações, são reconhecidos aos índios "sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições". O texto também garante seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e protegê-las.

Avanços

Com a nova Constituição, o aproveitamento dos recursos hídricos nas terras indígenas e também dos potenciais energéticos, além da pesquisa e lavra das riquezas minerais ali existentes, só poderão ocorrer com a autorização do Congresso Nacional, que deverá ouvir as comunidades afetadas. O dispositivo prevê, ainda, que os índios terão assegurados seus direitos na participação dos resultados da lavra, de acordo com o que ficar estabelecido em lei ordinária ainda a ser votada. As terras que tradicionalmente são ocupadas pelos índios, em caráter permanente, não poderão ser objeto de desapropriação.

A Nova Carta

A íntegra do Texto aprovado ontem pela Assembleia Nacional Constituinte: TÍTULO VIII — Da Ordem Social Capítulo VIII — Dos Índios

Art. 236 — São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ Único — O aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Art. 237 — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são destinadas a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, florestais e lacustres nelas existentes.

§ 1º — São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.

§ 3º — Fica vedada a remoção dos grupos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, nos casos de catástrofe ou de epidemias que ponham em risco sua população, e, nos casos de interesse da soberania nacional, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer caso, o retorno imediato logo cessar o risco.

§ 4º — São nulos e extintos, e não produzem efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, florestais e lacustres nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar. A nulidade e extinção de que trata este parágrafo não dão direito de ação ou indenização contra a União, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé, na forma da lei.

§ 5º — Não se aplicam nas terras indígenas, o disposto no § 3º do art. 203.

Art. 238 — Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus interesses e direitos, interpondo o Ministério Público em todos os atos do processo.